

Boletim do CeCAC

Órgão informativo do Centro Cultural Antonio Carlos Carvalho
Av. 13 de Maio, 13 s.1907 cep 30.031-000 Rio-RJ tel: 2524-6042 e-mail:cecacbr@hotmail.com

Ano XI, nº 1
MARÇO / ABRIL
2005
Rio de
Janeiro

Sítio do CeCAC

O sítio do CeCAC já está na internet e pode ser acessado em www.cecac.org.br. Fruto de um esforço coletivo, do trabalho voluntário de vários companheiros, foi construído com o intuito de ser um contraponto à política e ideologia do imperialismo, uma trincheira de resistência que contribua para a luta dos povos, no Brasil e no mundo, pela efetiva libertação da humanidade da exploração e opressão capitalista.

Vem sendo apresentado um conjunto de matérias, artigos, notícias sobre temas de interesse para o campo popular, com posições e dados insistentemente sonogados pelos meios de comunicação das classes dominantes. Estão incluídos também os *Cadernos de Debate* do CeCAC e outros textos de discussão teórica que a entidade vem realizando, no sentido de contribuir para o resgate do marxismo.

Um dos destaques do sítio é a trajetória de Antonio Carlos Carvalho, que dá nome ao nosso Centro, com ênfase para os momentos expressivos de sua luta, de sua militância, na história recente do país.

A seção cultural está sendo construída e busca realçar algumas contribuições significativas que, em diversas áreas, o povo, os artistas e intelectuais produziram e que podem enriquecer a visão de mundo no campo popular.

Dentro das limitações que enfrentamos, é um desafio colocá-lo na rede, mas o retorno por parte dos companheiros que o acessaram tem sido extremamente estimulante e nos dá energia para superar as dificuldades colocadas para sua construção e atualização. Reafirmamos que sugestões e críticas são bem-vindas. Visite o sítio, confira as matérias e seções! Acesse www.cecac.org.br e boa leitura!

E AGORA?

Marco Antonio V. dos Santos

Eu quisera ser claro de tal forma

que ao dizer

- rosa!

todos soubessem o que haviam de pensar.

Mais: quisera ser claro de tal forma

que ao dizer

- já!

todos soubessem o que haviam de fazer. (Geir Campos. Poética) [1]

E agora?

Depois do Severino e de dois anos de Governo Lula, não é possível a mais ninguém imaginar o PT como “instrumento de transformação social”, se estamos tratando de transformações, por mínimas que sejam em benefício do povo, seja o que for que isto signifique. Também não é mais possível que falte a alguém “evidências suficientes” de que o governo do PT se transformou num instrumento a serviço do capital financeiro internacional e da grande burguesia brasileira.

Isto mesmo, do capital financeiro e da grande burguesia brasileira com todos os effes e erres.

E isto precisa ser dito, mesmo que doa em muitos que até pouco tempo atrás acreditavam honestamente no PT como alternativa para a construção do socialismo e que, nesta luta, participando do PT, deram o melhor de suas vidas.

Precisa ser dito porque não representa um pormenor de somenos importância e não nos serve de nada esconder a luz do sol com a peneira, pelo menos para os que realmente levam à prática a luta pela transformação da sociedade brasileira pelo único caminho possível, o do socialismo, e que precisam ver claramente a conjuntura na qual nosso povo trava a luta de classes.

Compreender que o governo do PT está a serviço do grande capital, da reprodução da economia mundial capitalista, é de fundamental importância para qualquer pessoa que queira fazer a análise concreta da formação econômico-social brasileira e, a partir daí, buscar a linha justa para romper com a situação de sujeição de nosso povo à opressão e exploração do imperialismo.

E quando dizemos que agora é fundamental compreender o papel que joga o PT, PCdoB e quejandos nesta conjuntura, é também de fundamental importância compreender que quando nos referimos ao PT estamos nos referindo ao que chamamos de nomenclatura petista, o grupo que hegemoniza e controla o partido e é o mesmo grupo que também controla o governo do PT. E sabemos também que uma boa parte de seus militantes está sinceramente empenhada na luta para efetivamente transformar o Brasil.

Porém, em nossa opinião, após afastar o obstáculo objetivo e subjetivo que o PT sempre representou para o caminho da transformação socialista do Brasil - e esta é uma questão que necessita ser esclarecida - ainda resta às forças comprometidas com a transformação de nossa sociedade superar um conjunto de incompreensões na análise que fazem do Brasil. Questões que, recorrentes, se apresentam à análise científica da formação social brasileira.

Capitalismo autocentrado

Debatemo-nos com problemas como os da possibilidade de desenvolver um capitalismo autocentrado, independente diante do imperialismo, baseado em uma classe dominante nacional que também seria nacionalista a partir de seus interesses econômicos objetivos, que estaria em contradição antagônica com a dominação e exploração imperialista.

Esta interpretação se tornou dominante na esquerda brasileira desde que os comunistas, em sua maioria reunida no PCB, trabalhando heroicamente para construir o partido comunista nas condições da época - fragilidade orgânica da classe operária, influência do anarquismo, pouca difusão da literatura marxista, etc., etc., - com a visão empobrecida e mecanicista do marxismo predominante nestas condições, substituíram em sua análise da conjuntura nacional a contradição fundamental da formação social brasileira, burguesia / proletariado, por uma outra que oporia países imperialistas a países dominados, oporia toda a nação, dominantes e dominados, ao imperialismo.

É importante ressaltar que o PCB colocava na maioria dos seus documentos uma distinção entre uma burguesia nacional e a burguesia aliada ao latifúndio, estes últimos (a burguesia aliada e o latifúndio) associados ao imperialismo, chegando a indicar que essa burguesia nacional era vacilante e afirmava, assim, "o duplo caráter da burguesia nacional".

E esta interpretação, que expressava, ao nível imediato da consciência das camadas médias e das massas, o reflexo da dominação imperialista sobre o Brasil, assumiu enorme peso e difusão a partir da fundamentação teórica que elaboraram para justificá-la o PCB e seus aliados na intelectualidade de camada média.

Além do que, para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre o Brasil e os países imperialistas se recorreu, e ainda hoje se recorre, aos "restos feudais", ao "atraso" no desenvolvimento do capitalismo provocado por vários fatores, desde uma "indolência atávica" de nosso povo até etc., etc. que "atrasam", "entram", "bloqueiam" o desenvolvimento das forças produtivas.

E esta incompreensão das contradições que caracterizam a conjuntura brasileira permanece predominante até hoje nos setores intelectuais de "esquerda", em grupos que se autodenominam de "esquerda do PT", e em setores organizados da classe operária e dos trabalhadores.

Conciliação nacional e colaboração de classes

Objetivamente isto significou para os comunistas - e para as forças comprometidas com a luta antiimperialista - a impossibilidade de ver o papel dirigente que cabe ao proletariado, substituído nesta

“etapa nacional” da revolução por uma mitificada “burguesia nacional”. E resultou, por fim, na prática de uma política reformista que recusa o papel dirigente do proletariado na luta antiimperialista. Esta posição está na origem das políticas de conciliação nacional e colaboração de classes do reformismo, predominantes em alguns momentos da trajetória do PCB e defendidas hoje pela “esquerda” dentro e fora do PT, com a óbvia exceção dos trotsquistas que, enquanto não estão enfronhados em campanhas eleitorais, entre um pleito e outro, defendem uma “revolução” passando direto para o socialismo.

Confundir as contradições entre classes com as contradições entre países obscurece a contradição fundamental da luta de classes, a contradição burguesia / proletariado. E o reformismo é exatamente a negação da linha de demarcação da luta de classes, a incapacidade / impossibilidade de ver a contradição antagônica, de trabalhar com a dialética materialista, substituída por uma versão empobrecida da dialética hegeliana [2].

O reformismo não vê a revolução a partir dos interesses da classe operária como a superação revolucionária das contradições antagônicas do capitalismo. Quando fala em revolução, está em verdade se referindo a um processo utópico de reformas pacíficas e sucessivas que transformariam o capitalismo num sistema “mais humano”.

Assim como o reformismo ignora, ou relega a segundo plano, a luta de classes burguesia / proletariado, também não considera a contradição fundamental das formações sociais, a contradição forças produtivas / relações de produção.

Imperialismo

A nosso ver, é de fundamental importância esclarecer o conceito marxista-leninista de imperialismo, a fim de estabelecer a linha justa por onde passa a luta de classes na conjuntura concreta do Brasil contra as classes dominantes nacionais e as classes dominantes dos países imperialistas que dominam e exploram nosso povo, contra o imperialismo que determina, dentro dos limites das contradições internas, como se exerce a dominação e a exploração no Brasil.

O imperialismo é a fase do capitalismo resultante das tendências intrínsecas do capital, que tem como seu elemento essencial a constituição do modo de produção capitalista num sistema de dominação e exploração mundial, efeito da propensão – inerente ao processo de reprodução ampliada do capital impulsionado pela lei do valor – à concentração / centralização industrial e financeira, no mundo e em cada formação social, que tem como consequência relações econômicas, políticas e ideológicas cujos efeitos são designados pelos conceitos de colonização [3] e imperialismo.

De outra forma, podemos dizer que o imperialismo, fase do capitalismo resultante das tendências integrantes ao capital impulsionadas pela lei do valor e inerentes ao processo de reprodução ampliada do modo de produção capitalista, que resultam da propensão do capital à concentração / centralização industrial e financeira no mundo e em cada formação social, produz a tendência à constituição do modo de produção capitalista à escala mundial, num sistema mundial, corporificado em um pólo dominante e um pólo dominado e em relações econômicas, políticas e ideológicas designadas pelos conceitos de colonização e imperialismo.

O desenvolvimento desigual das forças produtivas entre países imperialistas e países dominados decorre e é resultado / condição da reprodução ampliada do modo de produção capitalista em escala mundial, assegura sua reprodução ampliada em escala mundial e garante a reprodução da exploração / dominação (do sistema) imperialista.

Produção e reprodução da exploração e dominação

Ou seja, o sistema capitalista mundial não é somente um “mercado” onde a dominação e a exploração se realizam através dos preços, mas é um sistema de exploração e dominação composto de instâncias econômicas, políticas e ideológicas, e essas próprias instâncias decompõem-se numa série de níveis conformando uma teia de relações que produzem e reproduzem a exploração e a dominação.

A necessidade de reproduzir a dominação mundial do modo de produção capitalista para produzir e reproduzir o modo de produção capitalista em escala mundial resulta:

1 – Em uma nova divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento polarizado das forças produtivas mundiais.

2 – Na divisão e desenvolvimento polarizado, desenvolvimento desigual das forças produtivas entre países imperialistas e países dominados, que resulta / produz e reproduz as desigualdades econômicas e sociais entre os países dominantes e os países dominados. Desigualdade que decorre, é resultado e condição da reprodução ampliada, necessariamente contraditória, do modo de produção capitalista em escala mundial;

assegura sua reprodução ampliada em escala mundial e garante a reprodução da dominação e exploração do (sistema) imperialista.

3 – Na necessidade do pólo dominante de reproduzir a exploração e dominação para reproduzir a posição dos países imperialistas no sistema e, conseqüentemente, reproduzir a condição dos países dominados de concorrer para a reprodução ampliada do capital no pólo dominante.

4 – Conseqüentemente, na tendência a um desenvolvimento capitalista relativamente “rápido” nos “países desenvolvidos” / dominantes, e um desenvolvimento econômico “diferente” - porque em conformidade e a serviço do processo de reprodução do capital na economia mundial - nos países “atrasados” / dominados.

Desenvolvimento “diferente” das forças produtivas nos países dominados porque determinado e em conformidade (servindo, ajustado) à reprodução ampliada do capital, na / ao desenvolvimento da / economia mundial. Desenvolvimento este determinado pelo desenvolvimento contraditório do pólo dominante, países dominantes / países imperialistas.

Desenvolvimento da economia mundial que favoreceu, nos países dominados, a manutenção e desenvolvimento de relações de produção e também de relações políticas e ideológicas que determinaram a tendência a um desenvolvimento das forças produtivas de forma diferente e ajustada à dos países imperialistas.

De outra forma, poderíamos dizer que as formas de produção em um país dominado são sobredeterminadas pela dominação das relações econômicas, políticas e ideológicas imperialistas.

5 – Que a dominação não se dá somente na esfera econômica, é, portanto, também política e ideológica. Daí porque o termo colonização: esta última forma de dominação faz com que a ideologia dominante em cada formação social dominada seja *sobredeterminada* pela dominação das relações econômicas, políticas e ideológicas imperialistas que ligam a classe dominante dos países dominados aos interesses das classes dominantes dos países dominantes. Sobredeterminada por uma construção ideológica que é dominante em escala mundial.

6 – Que é esta combinação específica de relações de produção internas – sobredeterminadas por relações de produção, relações políticas e ideológicas mundiais – que engendra o que é designado pelas expressões de “bloqueio das forças produtivas”, “de atraso no desenvolvimento das forças produtivas” nos países dominados.

É uma interpretação equivocada desta realidade – ao não se compreender que “atraso” e “desenvolvimento” são aspectos necessários e inseparáveis da reprodução da economia mundial capitalista – que leva os setores de “esquerda” que têm uma interpretação mecanicista do capitalismo a colocar o problema de superar este “atraso” e assumir nosso lugar entre os países capitalistas “desenvolvidos”.

7 – Que o desenvolvimento “diferente”, portanto, é / resulta das próprias relações de produção capitalistas modificadas pela dominação imperialista (pela lógica da reprodução da economia mundial) sobre os países dominados, expressas no desenvolvimento desigual de forças produtivas, na menor remuneração da força de trabalho e baixo custo da reprodução da força de trabalho, manutenção de um exército industrial de reserva alargado, desemprego e subemprego “estruturais”, manutenção do “mercado informal” para garantir a maior taxa de exploração possível, e como forma de contrarestar a luta de classes: baixo nível de subsistência.

8 – Que a dominação imperialista sobre os países dominados implica: a) numa configuração e limitação específica das forças produtivas e do mercado interno; b) na imposição de limites para o desenvolvimento tecnológico; c) em obstáculos à acumulação interna de capital; d) na constituição de uma burguesia industrial e financeira comprometida com o desenvolvimento desta configuração específica das forças produtivas, configuração compatível com as necessidades da economia mundial; e) o fortalecimento de uma burguesia importadora / exportadora, (na agricultura, mineração, etc., etc.), interna, comprometida com o capital externo.

Integração e subordinação

Já tratávamos, em 1995, de todas estas questões, quando inauguramos o CeCAC. Referindo-nos às classes dominantes brasileiras à época, início do governo de FHC, após Collor, dizíamos que era patente, pelo desenvolvimento econômico e político recente da formação econômico-social brasileira, que se estabelecera um outro nível de integração, outro nível de subordinação, entre o essencial das classes dominantes brasileiras e o imperialismo.

Integração subordinada, onde o imperialismo está qualitativamente mais presente na estrutura econômica. Presente com maior peso em setores determinantes como o setor financeiro. A grande burguesia brasileira aumentou seu grau de subordinação não só no setor financeiro como também no setor produtivo e, principalmente, na definição da direção da intervenção estatal.

O que quer dizer que, cada vez mais, são os interesses do imperialismo – em acordo com as classes dominantes brasileiras – que determinam as políticas levadas à prática pelo estado brasileiro. Coalizão na qual, cada vez mais, são os interesses da reprodução do capital, do imperialismo, na economia mundial, que determinam tais políticas globalmente.

Ou, dizendo de outro modo, o imperialismo é mais forte e mais presente na estrutura econômica nacional e a classe dominante nacional está mais integrada, submetida, subordinada. Inclusive porque vem cedendo o Estado para a política do imperialismo, perdendo-o enquanto instrumento utilizado na disputa por lugar na estrutura produtivo-financeira.

Quando dissemos que as classes dominantes brasileiras disputam lugar na estrutura econômica brasileira, não estamos nos referindo a nenhuma contradição (antagônica) entre a nação e o imperialismo, mas sim à existência da “saudável” concorrência capitalista entre as classes dominantes brasileiras e o imperialismo. Assim como existem contradições e concorrência no campo do imperialismo que, dentro dos limites da política necessária a sua reprodução, ora disputam, ora se associam, na eterna corrida por ver quem explora mais a classe operária e o povo.

Tendência à integração subordinada

De fato, a concepção, o conceito que expressa com maior precisão a relação entre a burguesia brasileira e o imperialismo seria o da tendência à integração, integração subordinada, tendência que não pode se realizar plenamente, porque não exclui, e nem pode excluir, a concorrência.

As classes dominantes dos países dominados se integram em posição subordinada à economia mundial, dominada e determinada pelo imperialismo, à reprodução da economia mundial.

É evidente que até aqui só nós foi possível avançar algumas teses, ainda provisórias, sobre o imperialismo, buscando esclarecer algumas das questões que consideramos centrais para sua compreensão. Porém, tudo isto requer precisões, desenvolvimentos e aprofundamentos. Todo um trabalho teórico que prometemos continuar em nosso boletim, cadernos de debate e agora pelo sítio, para o que contamos, necessariamente, com a colaboração de todos os camaradas comprometidos com a revolução brasileira.

Censo de capitais estrangeiros

Se ainda tivermos dúvida quanto ao domínio do capital externo na economia brasileira, nada melhor do que recorrer ao famoso argumento de “autoridade”. E nenhuma autoridade maior sobre o assunto do que o insuspeito Banco Central do Brasil (logo, logo “autônomo”), hoje capitaneado pelo valoroso Henrique Meirelles – materializando a velha palavra de ordem “*Nada de intermediários...*” e determinando a política econômica do Brasil para uma meia dúzia de “laranjas” que o imperialismo colocou no trono.

A partir de 1995, o Banco Central do Brasil vem realizando um censo de capitais estrangeiros. O texto que vamos reproduzir, “*Censo de capitais estrangeiros 2001 (Data-base 2000). Alguns Resultados.*”, se encontra no sítio do BCB [4].

O documento inicia exaltando a “*destacada performance*” da economia brasileira em seu “*processo de internacionalização*”, detalhando o que denomina de “*aprofundamento*” deste processo: “*Os números do Censo 2001 reafirmam a destacada performance brasileira como pólo de atração de capitais estrangeiros na segunda metade da década de 90, aprofundando o processo de internacionalização de sua economia*”.

E note-se bem, não trata de um processo de internacionalização da economia brasileira que se tivesse dado em período recente, mas parte da constatação de que a economia brasileira é, para utilizar o termo do relatório, “*internacionalizada*” e do que se trata agora é do “*aprofundamento*” deste processo.

Como diz o documento, “*(...) seja pela criação de novas empresas ou por aquisições das já existentes, juntamente com novos aportes de capital naquelas que já registravam participação estrangeira em 1995, (...)*”.

É importante verificar que não se trata também de que a economia esteja internacionalizada em tal ou qual setor. O Banco Central parte da constatação de que o processo de “*internacionalização*” se dá e se reflete em toda a estrutura da formação econômica e social, como se pode concluir do aumento em 80,4% no número de empresas que responderam ao Censo e declararam a participação de capital estrangeiro, em apenas cinco anos.

Mas, vamos aos dados do Censo para confirmar o aumento da participação do capital externo na economia brasileira:

“O primeiro indicativo do Censo que confirma maior grau de participação do capital estrangeiro no Brasil surgiu com o número de declarações recebidas pelo Banco Central, 11.404 declarantes (...). Houve, portanto, relevante aumento de 80,4% em relação aos 6.322 declarantes do último censo, período-base de 1995”. (Quadro 1)

QUADRO 1.

Empresas com participação do capital estrangeiro

1995	2000	aumento
6.322	11.404	80.4%

O Censo ainda chama atenção para dados significativos do aprofundamento do processo de internacionalização da economia. Apesar de que o número de empresas tenha crescido 80,4% no período 1995-2000, *“(...) o capital integralizado do total de declarantes (...) convertidos pelo dólar vigente ao final de cada período”,* como diz o relatório chegou *“a mais do que dobra”, “dos US\$ 86,2 bilhões de 1995 para US\$ 179,8 bilhões em 2000”. (Quadro 2)*

QUADRO 2.

Capital integralizado do total dos declarantes

1995	2000
US\$ 86,2 bilhões	US\$ 179,8 bilhões

E segue o relatório do Banco satisfeito e achando *“interessante”* o domínio do capital estrangeiro sobre a economia brasileira.

“Interessante notar que, em 1995, a maior participação no capital integralizado era de residentes, que respondiam por 51,6% do total. Em 2000, houve inversão e a maior participação passou a ser de não-residentes, com 57,3% do total, explicitando a tendência dos investidores externos em procurar participar de empresas brasileiras de forma majoritária”. (Quadro 3)

Outro dado relevante para dimensionar a *“internacionalização”* da economia é que dos 11.404 declarantes, em 9.712 empresas a participação do capital estrangeiro é majoritária, isto é, superior a 50% e, do valor de seu capital integralizado, 70,3% é detido por investidores não-residentes. E ainda, o crescimento nos ativos totais *“(...) das entidades com participação majoritária passou de 58,3% em 1995 para 70,2% em 2000”*.

QUADRO 3.

Participação no capital integralizado

	residentes	não-residentes
1995	51,6%	48,4%
2000	42,7%	57,3%

Ainda mais, analisando o quadro de endividamento das 11.404 empresas com participação estrangeira, o Censo levanta que no ano de 2000 estas empresas deviam a não-residentes o total de US\$ 105 bilhões, em dólares às taxas do final de 2000. O que correspondia a 45,1% do saldo da dívida externa brasileira total, à época, US\$ 236,2 bilhões. Essas empresas tiveram receita operacional bruta em reais R\$ 509,9 bilhões e de receita operacional líquida R\$ 423,8 bilhões, o que corresponde, respectivamente, a 46,9% e 39% do PIB brasileiro apurado no ano 2000.

Não se pode depois destes dados deixar de perceber que o capital externo é parte inseparável da estrutura econômico-social do Brasil e que – por se situar precisamente nos setores estratégicos, seja pela sua rentabilidade ou pela alta tecnologia que empregam – significa a certeza de lucros e do controle da estrutura econômica brasileira.

Exportação e importação

Outro dado significativo do peso do capital externo na economia brasileira é sua participação nas exportações-importações.

É necessário reproduzir o texto do Banco Central para que se tenha claro a ideologia dominante no Estado brasileiro, manifesta no texto de seus funcionários. Estes, ao invés de mostrar preocupação com o predomínio do capital estrangeiro sobre o nosso mercado interno, expressam evidente satisfação, afirmando ser este um fato positivo. Ao expressarem assim sua posição, é evidente que os funcionários que redigiram o Censo não estão manifestando uma posição pessoal, com o risco de se chocarem com a posição da maioria, com a posição oficial, do Estado. A tranqüilidade e a satisfação com que comemoram o “aprofundamento” do processo de “internacionalização” da economia brasileira expressa a ideologia (posição) dominante entre as classes dominantes e, portanto, nos aparelhos de Estado.

Mas é importante reproduzir o trecho do relatório que trata do comércio externo.

“Entre as estatísticas positivas trazidas pelo censo, não deve ser esquecida, naturalmente, a importância das empresas com participação estrangeira para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Segundo os dados apresentados, essas empresas geraram superávit em sua balança comercial física em 2000 de US\$ 1,7 bilhão com US \$33,2 bilhões de exportações e US\$ 31,5 bilhões de importações, equivalentes a participações de 60,4% nas exportações e de 56,6% nas importações totais daquele ano”.

Porém, tem mais. Apesar de seu contentamento pelo fato de que o capital externo controla 60% do comércio exterior brasileiro, nossos representantes do pensamento das classes dominantes reconhecem que, apesar de que essas empresas tenham aumentado sua participação no comércio entre 1995 e 2000, diminuiu o superávit produzido por elas, de US\$ 2,3 bilhões em 1995 para os US\$ 1,7 bilhão em 2000.

QUADRO 4.

Importações e Exportações das empresas do Censo/ Importações e Exportações Totais

	1995	2000
Importações de Empresas do Censo/Importações totais	38,76%	56,56%
Importações de Empresas do Censo	19.371.332	31.553.194
Importações totais	49.972.000	55.783.000
	1995	2000
Exportações de Empresas do Censo/Exportações totais	46,76%	60,36%
Exportações de Empresas do Censo	21.744.976	33.249.789
Exportações totais	46.506.000	55.086.000

Mas, justificam condescendentes, queda “compatível com o ambiente econômico vigente em seus respectivos momentos”. É importante ler o texto do documento, ele trará sempre surpresas.

Hoje não é mais possível negar que são os representantes institucionais do imperialismo: o FMI, Banco Mundial, Davos, etc., em conluio com a grande burguesia brasileira, que definem a política econômica aplicada pelo governo Lula. E não só a política econômica, toda a política de Estado.

É gritante a atuação desses braços do imperialismo: da grande burguesia brasileira e da grande imprensa que os representa na aplicação e defesa aberta da política econômica do governo Lula. Aliás, política por eles preconizada, para não dizer imposta. Não só a política, mas também o processo de regressão colonial e avanço da barbárie, materializado no modelo exportador centrado na grande agricultura comercial, no agro-negócio, na exportação de matérias-primas e produtos manufaturados, na plataforma de exportação montada aqui pelo capital externo, automóveis e peças etc. etc., enfim, tudo aquilo que interessa ao imperialismo para aumentar a exploração a que está submetido o povo brasileiro. Esta é outra das questões que teremos de desenvolver.

Fricotes, pontuais e episódicos

E não podemos nos deixar confundir pelos tímidos faniquitos de descontentamento que alguns setores da indústria e do comércio expressam com a política econômica de Lula. São fricotes, pontuais e episódicos, juros, estradas, etc.: basta qualquer crítica mais séria vinda da esquerda, para que atendam ao toque de reunir no campo do apoio amplo, geral e irrestrito à política do imperialismo, que, aí sim, defendem com toda a energia de que são capazes.

E agora?

A ilusão de que é possível contar com a burguesia brasileira na luta contra o imperialismo, como dissemos, só nos afasta da tarefa urgente de organizar a classe operária, os camponeses, os trabalhadores, as camadas médias, o povo brasileiro na luta para romper com a escravidão imperialista. Já é hora de avançarmos no cumprimento desta tarefa. Todos sabem o que fazer.

NOTAS

[1] Campos, Geir. Tarefa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.9.

[2] Ver nos Cadernos de Debate do CeCAC nº1 - *Algumas teses para retomar o marxismo. Materialismo Dialético*, onde tratamos desta questão.

[3] Colonização: o termo colonização expressa melhor as formas de dominação do imperialismo que o termo dependência. O termo colônia expressa um território dominado, posto sob a hegemonia econômica, política e ideológica do sistema imperialista. Colônia: estado sob a hegemonia do sistema imperialista, hegemonia expressa objetivamente no conjunto de determinações impostas – por país ou países imperialistas – a sua formação econômico-social.

É verdade que, em “O Capital”, Marx dá outro conteúdo para ao conceito de colonização, e esta é outra questão que ficamos devendo aprofundar.

[4] <http://www.bcb.gov.br/rex/censoCE/resultados.asp?idpai=censo2000res>.

Este artigo encontra-se em www.cecac.org.br

Salve a ANL (Aliança Nacional Libertadora) - 70 anos do lançamento

Será realizada na quinta-feira, dia 31 de março, uma homenagem aos 70 anos da Aliança Nacional Libertadora, com solenidade e exposição de fotos, do Arquivo Público do Estado – RJ, na Assembléia Legislativa do Estado Rio de Janeiro, por iniciativa do dep. Geraldo Moreira. Para o evento, que contará com a presença da prof. Anita L. Prestes, foi preparada a seguinte convocatória:

A Aliança Nacional Libertadora surgiu no início de 1935 como uma ampla frente única de luta contra o integralismo, o fascismo, o imperialismo e o latifúndio. Ela se desenvolveu rapidamente a partir da insatisfação generalizada do povo com suas péssimas condições de vida e com a falta de liberdade. No ano de 1934, uma onda de greves ocorreu no Brasil com a participação, pela primeira vez, de funcionários públicos. Essa insatisfação popular crescente com o aumento do custo de vida, o aumento dos impostos, etc. vai desaguar em uma contestação aberta aos rumos do governo Vargas e da chamada Revolução de 30. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi a expressão máxima dessa revolta popular.

Em 30 de março de 1935 foi lançada oficialmente a ANL e apresentado o Manifesto-Programa, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro. Em menos de quatro meses, até ser colocada na ilegalidade, a Aliança fundou cerca de 1.600 comitês em todo o Brasil, com reuniões e comícios que concentraram multidões. O programa antifascista e antiimperialista, que tinha como lema Pão, Terra e Liberdade, galvanizou a simpatia de amplas parcelas do povo, principalmente nas cidades.

Ao ser aclamado presidente de honra da ANL e se constituir em sua principal liderança, Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, que sintetizava os sentimentos de mudança do povo brasileiro, contribuiu decisivamente para o fortalecimento e o prestígio do movimento aliancista. Um

fator fundamental para seu posicionamento foi a adesão ao socialismo e ao Partido Comunista do Brasil (PCB), ainda no exílio.

A formação da ANL refletia a luta contra o fascismo que, na época, se desenvolvia no mundo inteiro.

Os poderosos do Brasil sempre tentaram apagar da história os momentos de grande participação popular e as heróicas resistências dos trabalhadores. A ANL e seu programa contribuíram para a consciência do povo sobre problemas nacionais que ainda hoje continuam não resolvidos, como a exploração imperialista e o latifúndio. Nesse sentido, como forma de resgatar esse importante momento da história do Brasil, convidamos para o Ato de homenagem aos 70 anos do lançamento da Aliança Nacional Libertadora.

Abaixo o imperialismo!

Contra o fascismo!

Contra o latifúndio!

Pão, terra e liberdade!

Realização: AMES, ASCEDERJ (Assoc. dos Servidores do Proderj), Associação Cultural José Martí, CeCAC (Centro Cultural Antonio Carlos de Carvalho), CNDDA (Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia), FAAPERJ (Fed. das Assoc. dos Aposentados e Pensionistas - RJ), Juventude do PSC, PCB, PCdoB, PCR, PMDB - Mulher do município do Rio de Janeiro, PT, PV, SINTRASEF, TGV (Trabalhadores do Grupo Varig), UBES, UBM (União Brasileira de Mulheres), UJR (União da Juventude Rebelião).

Apoio: Fundação de Cultura e Turismo da Prefeitura de Petrópolis e do Arquivo Público do Estado – RJ.

Dimitrov e a luta antifascista

A formação da ANL em 1935 está articulada aos acontecimentos políticos na Europa da época e às posições da III Internacional Comunista (IC), fundada sob a liderança de Lênin, em 1919.

Com o surgimento do fascismo na Europa e, em particular, com ascensão ao poder do nazismo e de Hitler na Alemanha, em janeiro de 1933, a conjuntura internacional apontava para o aprofundamento das disputas interimperialistas, que desencadeariam a II Guerra Mundial. É um período de crise geral do capitalismo, de profunda crise econômica, que após a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, provocou o aumento do desemprego, da fome e da miséria nos países capitalistas.

Em contrapartida, a URSS se consolidava na construção do socialismo, crescia o seu prestígio e o dos comunistas junto ao proletariado internacional e aos povos oprimidos, que resistiam à ofensiva do capital. As classes dominantes dos países imperialistas, o capital financeiro internacional, estimulavam o fascismo para enfrentar a resistência dos trabalhadores no mundo, a URSS e os comunistas. O VI Congresso da Internacional Comunista já indicava, em 1928, que: “quase em toda a parte existem tendências fascistas e germes de um movimento fascista em forma mais ou menos desenvolvida”.

Em 27 de fevereiro de 1933, os nazistas montaram uma provocação, o incêndio do Reichstag (parlamento alemão), para justificar a repressão que pretendiam impor aos comunistas. Foram presos vários militantes comunistas e, dentre eles, o dirigente búlgaro, George Dimitrov. É instalado um processo, no Tribunal de Leipzig, para o julgamento destes militantes.

Em seu julgamento, George Dimitrov passou de réu a acusador dos crimes, atrocidades e a demagogia do nazismo, o fascismo alemão. Dimitrov usou o tribunal nazista para defender a posição dos comunistas, já apontando para a principalidade da luta antifascista. Esta posição corajosa e politicamente

ofensiva de Dimitrov e a campanha internacional pela libertação dos presos políticos do processo de Leipzig tiveram uma grande repercussão internacional.

Ainda em 1933, no mundo e principalmente na Europa, a luta antifascista ganhou grande dimensão com a criação de comitês antifascistas e a organização de manifestações populares, congregando as massas e amplas correntes políticas, inclusive a social-democracia. Esta realidade internacional teve reflexos no Brasil, nas iniciativas dos comunistas e estimulando a construção de uma frente única contra o fascismo (e o integralismo, no Brasil) e o imperialismo.

Estes fatos foram decisivos para o ajustamento das posições da Internacional Comunista, que correspondia às mudanças na conjuntura internacional, de ascensão do nazi-fascismo. O inimigo de classe no mundo a ser golpeado, em linhas gerais, passa a ser o fascismo. É a consolidação no movimento comunista internacional da tática de criação das frentes únicas e frentes populares de luta contra o fascismo, da qual Dimitrov foi um lúcido e combativo inspirador. Esta posição foi consagrada e aprovada no VII Congresso da Internacional Comunista em agosto de 1935.

Dimitrov contribuiu na formulação da tática de combate ao fascismo e, na orientação para os comunistas em todo o mundo, também em questões ideológicas e de linha de massas, combatendo tanto a conciliação de classes, como o subjetivismo e o doutrinário.

No Informe (2 de agosto de 1935) do Congresso Mundial da Internacional Comunista (Comintern), Dimitrov asseverava:

"O papel dirigente do Partido Comunista nas lutas da classe operária precisa ser conquistado. Para isto, não é necessário proclamar o papel dirigente dos comunistas, senão que é preciso merecer, ganhar, conquistar a confiança das massas operárias com um trabalho cotidiano de massas e uma política acertada. Isto só se consegue se nós comunistas, em nosso trabalho político, levamos seriamente em conta o verdadeiro nível da consciência das massas, seu grau de saturação revolucionária, se apreciamos serenamente a situação concreta, não através de nossos desejos, senão através da realidade. Temos que facilitar às amplas massas, pacientemente, passo a passo, a transição para as posições do comunismo. Não devemos esquecer jamais as palavras de Lênin, que nos advertiu com toda energia que '... se trata precisamente de não considerar liquidado para a classe, para as massas, o que está liquidado para nós". (Lênin: "A doença infantil do esquerdismo no comunismo").

Jacob do Bandolim e o Choro na UFRJ

Neste ano, a **Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ)** realizará uma recepção diferente, especial, aos colegas "calouros" de 2005: o evento **Jacob do Bandolim e o Choro**. Na programação, palestra seguida de roda de choro e exposição de fotos de Jacob do Bandolim, dia 30 de março a partir das 14:30h, no Fundão.

Jacob foi um grande defensor da música brasileira, em especial o choro, e enfrentou pressões que contra ela se erguiam. Na palestra, Sergio Prata, músico, pesquisador e diretor do Instituto Jacob do Bandolim vai resgatar o Jacob pesquisador, que organizou um extenso acervo, conhecido como **Arquivo do Jacob**, hoje incorporado ao Museu de Imagem e Som do Rio de Janeiro. Muitas músicas podem ser hoje estudadas e gravadas graças ao fato de Jacob ter pesquisado, gravado e conservado suas partituras. A recuperação deste trabalho de Jacob vem sendo realizada também com muito esforço, por falta de incentivo público.

Situação compartilhada por milhares de pesquisadores em várias áreas de pesquisa no Brasil, que procuram levar adiante seu trabalho a despeito da limitação de financiamento à pesquisa no país.

Jacob do Bandolim e o Choro acontecerá no dia 30 de março, quarta-feira. A palestra de Sergio Prata será realizada no Auditório da Coppe, às 14:30h, seguida de Roda de Choro com o Conjunto Sarau no Grêmio da Coppe, às 16:30h. O evento, uma realização da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ, tem o apoio do Gabinete do Reitor da UFRJ, ADUFRJ, SINTUFRJ, Instituto Jacob do Bandolim, Pró-Reitoria de PG (PR-2), Prefeitura Universitária, Diretoria e Grêmio da Coppe.

17ª. Medalha Chico Mendes

No próximo dia 1º de abril, o Grupo Tortura Nunca Mais-RJ estará entregando a 17ª Medalha Chico Mendes de Resistência que homenageia pessoas e entidades que se destacaram na luta pelos direitos humanos, pela liberdade ou que foram assassinadas, ou perseguidas por sua militância.

Os homenageados deste ano serão: Irmã Dorothy Mae Stang (*in memorian*); o poeta Thiago de Mello; D. Moacyr Grecchi;; Paulo Roberto Pereira Marques (*in memorian*); Afonso Celso Nogueira Monteiro; Honestino Guimarães (*in memorian*); Mário Magalhães; Antônio Gonçalves de Abreu (*in memorian*); Esperanza Merchan Plazas pela ASFADDES (Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos/Colômbia); Dr. Cláudio Lemos Fonteles (representando o Ministério Público Federal). Homenagens especiais para Fábio Konder Comparato e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A entrega das Medalhas acontecerá no dia 1º de abril, sexta-feira, às 18h30m, no Teatro João Theotônio da Universidade Cândido Mendes (Rua da Assembléia, 10, subsolo – Centro).

“Detenhamos uma nova manobra contra Cuba”

Manifesto contra manobra dos Estados Unidos que visa intensificar política de agressão contra Cuba vem sendo divulgado e subscrito por diversos intelectuais, artistas, entidades.

Entre 14 de março e 22 de abril de 2005 será realizado em Genebra o 61º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, onde mais uma vez o governo dos Estados Unidos, pressionando os países membros tentará que seja aprovada uma resolução contra Cuba.

É um tratamento manipulado e seletivo desse tema para justificar a intensificação da política de bloqueio e agressões que violando o direito internacional exerce a maior superpotência do planeta contra um pequeno país. A Comissão deve representar a todos os povos das Nações Unidas e velar pelo respeito aos direitos de todos os homens e de todas as mulheres do mundo. É significativo, no entanto, que no seio da Comissão, durante o período de sessões do ano passado, não foi possível avaliar, nem sequer debater as atroz violações dos direitos humanos que acontecem nos cárceres estadunidenses de Abuh Ghraib e Guantánamo.

O governo dos Estados Unidos não tem autoridade moral para erigir-se em juiz dos direitos humanos em Cuba, onde não há um só caso de desaparecimento, tortura ou execução extrajudiciárias e onde apesar do bloqueio tem-se conseguido indicadores de saúde, educação e cultura reconhecidos internacionalmente.

Solicitamos aos governos dos países representados na Comissão que não permitam que a mesma seja utilizada para legitimar a agressividade anticubana da administração Bush, em momentos em que a atual política belicista de Washington faz previsível uma eventual escalada de conseqüências muito graves. Além disso, convocamos os jornalistas, escritores,

artistas, professores, professoras e ativistas sociais para que se encaminhem a esses governos e se manifestem por todas as vias possíveis para deter esta perigosa manobra.

Entre os que subscrevem o Manifesto estão: Adolfo Pérez Esquivel, Argentina; José Saramago, Portugal; Nadine Gordimer, África do Sul; Rigoberta Menchú, Guatemala; Oscar Niemeyer, Brasil; Augusto Roa Bastos, Paraguai; Harry Belafonte, EUA; Mario Benedetti, Uruguai; Danny Glover, EUA; Ernesto Cardenal, Nicaragua; Pablo González Casanova, México; Ignacio Ramonet, França; Alice Walker, EUA; Danielle Miterrand, França; Walter Salles, Brasil; Jorge Enrique Adoum, Equador; Eduardo Galeano, Uruguai; Gianni Miná, Itália; Belén Gopegui, Espanha; Adolfo Sánchez Vázquez, México; Tariq Ali, Paquistão; Ramsey Clark, EUA; Luis Britto García, Venezuela; Leonardo Boff, Brasil; Howard Zinn, EUA; Claudio Abbado, Itália; Volodia Teitelboim, Chile; David Viñas, Argentina; Julio Ortega, Peru; María Rojo, México; Atilio Borón, Argentina; Emir Sader, Brasil; Eric Toussaint, Bélgica; Saul Landau, EUA; James Petras, EUA; Thiago de Mello, Brasil; Frei Betto, Brasil; Alfonso Sastre, Espanha; Fernando Pino Solanas, Argentina; Joaquín Sabina, Espanha; Luis Eduardo Aute, Espanha; Claude Couffon, França; Daniel Viglietti, Uruguai; Luciana Castellina, Itália; Keith Ellis, Canadá; Heinz Dieterich, Alemanha; Theotonio dos Santos, Brasil; James Cockcroft, EUA; Pascual Serrano, Espanha; Russell Banks, EUA; Fernando Morais, Brasil; Jorge Sanjinés, Bolívia; Victor Heredia, Argentina; James Early, EUA; Ramón Chao, Espanha; Manu Chao, França/Espanha; Itsván Mestzáros, Reino Unido; Georges Labica, França; Red Ronnie, Itália; Piero Gleijeses, Itália; Setsuko Ono, Japão; Jorge Ruffinelli, Uruguai; Ferreira Gullar, Brasil; Jean Marie Binoche, França; Santiago García, Colômbia; Miguel Bonasso, Argentina; Ettore Scola, Itália.

Adesões: cubadh@yahoo.es, cubahr@hotmail.co.uk, presidencia@casa.cult.cu.

Programação do CeCAC:

Terça-feira:

22 de março, 18:30h - Grupo de estudo:

“Aliança Nacional Libertadora”

com os textos: Manifesto-Programa de Lançamento da ANL de 30 de março de 1935;

Manifesto de 5 de Julho de 1935, de Luiz Carlos Prestes;

Resumo do texto de G. Dimitrov: “A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo” (Informe pronunciado no dia 2 de agosto de 1935 ao VII Congresso da Internacional Comunista);

texto do boletim do CeCAC

Livro de apoio: “Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora” de Anita Leocadia Prestes

Informações e participação: entre em contato com o CeCAC

Quinta-feira:

31 de março, 18:30h

**O CeCAC estará participando da homenagem
aos 70 anos da Aliança Nacional Libertadora
no Plenário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro**

Terça-feira:

5 de abril, 18:30h – Encontro com representante da ASFADDES:

“Direitos Humanos na Colômbia hoje”

com Esperanza Merchan Plazas, representante da Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos/Colômbia, entidade agraciada com a Medalha Chico Mendes de Resistência do GTNM-RJ

Terça-feira:

19 de abril, 18:30h - Grupo de estudo:

História da burguesia brasileira
de Nelson Werneck Sodré

Últimos capítulos. Informações e participação: entre em contato com o CeCAC

Revista Crítica Marxista nº 19

À venda na sede do CeCAC: R\$ 17,00

Informações sobre a revista no sítio www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista e [Editora Revan](http://www.editorarevan.com).

Crítica Marxista é uma revista de difusão e discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade, bem como de intervenção no debate e na luta teórica em curso.

CeCAC – Horário de funcionamento:

De segunda a sexta das 14 às 18h

Tel: (21) 2524-6042 e-mail: cecacbr@hotmail.com e cecac@terra.com.br

Av. 13 de maio, 13, sala 1907. Cinelândia. Rio de Janeiro. RJ.

Sítio: www.cecac.org.br
